

Educação Patrimonial nos arquivos brasileiros: algumas experiências e perspectivas de uso da metodologia

Ivana D. Parrela

Professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - Belo Horizonte, MG – Brasil.
E-mail: ivanaparrela@ufmg.br

Recebido em: 15/08/2014. Aprovado em: 27/08/2014. Publicado em: 25/3/2015.

Resumo

Este artigo propõe uma reflexão sobre o modo como os arquivos têm desenvolvido experiências educativas, destacando algumas questões fundamentais para a Educação Patrimonial e para o desenvolvimento do trabalho de arquivistas nas instituições públicas da área. Para tanto, buscou-se comparar as experiências desenvolvidas em arquivos nas capitais dos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Identificou-se a ênfase no uso de documentos de arquivo previamente selecionados e detentores de valor para o ensino da história nos dois primeiros casos; e, em contraposição, uma tentativa de se fugir à monumentalização dos documentos e do ensino da história, em um dos casos analisados em Minas Gerais.

Palavras-chave: Arquivos. Educação Patrimonial. História.

Patrimonial education in Brazilian archives: a few experiences and perspectives in the use of the methodology

Abstract

This paper proposes a discussion on how archives have developed experiences in education, pointing out a few fundamental questions for Heritage Education and for developing the work of archivists in public institutions related to the discipline. Therefore, a comparison of the experiences carried out in archives in the capitals of the states of São Paulo, Rio Grande do Sul and Minas Gerais (Brazil) was performed. A consistent use of previously selected archival documents was identified, due to their value in the teaching of History, in the first two cases; in contrast, an attempt to avoid the exaltation of documents and of the teaching of History, in one of the cases analyzed in Minas Gerais.

Keywords: Archives. Heritage Education. History.

Educación Patrimonial en los archivos brasileños: algunas experiencias y perspectivas de uso de la metodología

Resumen

Este artículo propone una reflexión sobre cómo los archivos han desarrollado experiencias educativas, destacando algunos temas clave para la Educación Patrimonial y el desarrollo del trabajo de archivistas en instituciones públicas de la disciplina. Con este fin, fueron comparadas las experiencias en archivos en las capitales de los estados de São Paulo, Rio Grande do Sul y Minas Gerais. Se identificó el énfasis en el uso de documentos de archivo seleccionados previamente que contienen valor para la enseñanza de la historia en los primeros dos casos; y, por el contrario, un intento de escapar de la monumentalización de los documentos y de la enseñanza de la historia, en uno de los casos analizados en Minas Gerais.

Palabras clave: Archivos. Educación Patrimonial. Historia.

INTRODUÇÃO

A metodologia de Educação Patrimonial pode ser definida no Brasil, segundo a instituição precursora de sua difusão no País, o Museu Imperial, como

[...] um processo **permanente** e **sistemático** de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como **fonte primária** de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. [...] Educação Patrimonial é um **instrumento** de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e trajetória histórico-temporal em que está inserido (Cf. HORTA, 1999, p. 6. Grifos e destaques dos autores).

O Museu Imperial começou a utilizar a metodologia voltada para o uso e a apropriação dos bens culturais a partir de 1983, inspirado no trabalho desenvolvido na Inglaterra denominado *Heritage Education*. Desde então, tornou-se importante difusor da proposta no País, especialmente após o lançamento de um guia sobre o tema, em 1999, em que destacava que a metodologia poderia ser aplicada em qualquer evidência material ou manifestação de cultura (HORTA, 1999, p. 6).

Várias instituições culturais brasileiras já desenvolviam atividades com metodologias similares, inclusive os arquivos, há muito tempo. Destaca-se a proposta de oferecer “aulas para a mocidade”, como forma de incentiva-la a visitar as instituições, como sugerido por Theophilo Feu de Carvalho para o Arquivo Público Mineiro, em 1921.¹ No entanto, é preciso lembrar que a consulta ainda não era algo plenamente franqueado a todos em meados do século passado. O que se propunha era ensinar a história por meio dos acervos existentes nos arquivos, e não estimular sua consulta direta por aqueles que ainda não eram considerados “aptos” à pesquisa histórica. Não havia discussões sobre a formação de novos usuários.

Os arquivos demoraram a encontrar seu espaço no debate sobre patrimônio cultural e cultura, mesmo sendo até hoje a área da cultura nas administrações públicas aquela que abriga grande parte das instituições arquivísticas do País. Isso, de certo modo, explica também o reduzido debate conceitual sobre os usos da metodologia de Educação Patrimonial nos arquivos.

Heloísa Bellotto (2000) ressalta que uma das grandes dificuldades para a inserção dos arquivos nas políticas públicas de patrimônio advém do entendimento das autoridades e da população em geral sobre o real papel que deve ter um arquivo público: ao mesmo tempo, de custodiador, organizador e difusor de acervos acumulados, como prova, testemunho ou informação em questões relativas aos direitos e deveres vinculados às relações entre governo e cidadão. Quando se lida com os documentos dos arquivos permanentes/históricos públicos, lida-se com acervos, que são, por excelência, patrimônio documental, parte constitutiva do patrimônio cultural de um país.

Outro ponto a ser considerado ao seguir tal linha de raciocínio prende-se à necessidade de considerar as relações orgânicas dos documentos de um arquivo. Portanto, não se podem destacar apenas alguns documentos, “por sua monumentalidade” (LE GOFF, 2003) sem considerar o que o conjunto traduz sobre o momento histórico de sua produção. Daí a sugestão da autora de adotar a noção de *arquivália*, ou seja, o conteúdo do arquivo, quase como sinônimo de patrimônio documental.

Autores como Luís Carlos Lopes (2002) e Janice Gonçalves (2002), ao analisar o tratamento dado aos acervos e às instituições arquivísticas no âmbito das políticas de patrimônio, destacam o *não lugar* dos arquivos nas políticas públicas de cultura.

Gonçalves recupera a trajetória da noção de patrimônio e situa seu aparecimento no momento de desmontagem das estruturas do Antigo Regime, quando a expressão passou a se referir a

¹ Arquivo Público Mineiro, Fundo Theophilo Feu de Carvalho. RELATÓRIO de Theophilo Feu de Carvalho ao Secretário do Interior, Afonso Pena Junior, [1921]. Cx. 1, avulso.

[...] um conjunto de bens culturais significativos **de e para** uma determinada coletividade e que, em função disso, devem ser preservados, vai encontrar condições favoráveis para ser construída a partir do momento que passa a ser articulada a outras noções, como de “bem comum”, “interesse público”, “cidadania” e “direitos civis”.

Gonçalves observa, ainda, que na época de seu surgimento a noção não era nomeada por essas duas palavras. As ações hoje associadas à proteção do patrimônio cultural o eram à proteção dos “monumentos”, fossem eles artísticos ou históricos. No Brasil, a partir de 1920, no nível federal, o interesse pela proteção dos bens culturais também priorizava a noção de “monumento histórico”. A legislação que regulamentava o serviço governamental, em 1937, destacava que também contemplava a preservação do “objeto de interesse histórico”. Todavia, no momento de estabelecer a valoração de tais objetos, o termo acabou associando-se às esculturas e edificações em geral.

Na década de 1970, ações governamentais, como o Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica (Pró-documento), conduzido pela Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), ou a criação de um Sistema Nacional de Arquivos (Sinar), sob a coordenação do Arquivo Nacional, tentavam dar conta da proteção dos arquivos permanentes de modo desarticulado e sem nenhuma discussão sobre a articulação arquivo-escola.

Pretende-se aqui discutir algumas das ações educativas nos arquivos, para além das políticas públicas dos órgãos federais de cultura, dando especial destaque ao caso dos trabalhos desenvolvidos por alguns dos arquivos públicos existentes nas capitais de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

AS AÇÕES EDUCATIVAS E A DIFUSÃO DA METODOLOGIA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NOS ARQUIVOS BRASILEIROS

Os investimentos dos arquivos brasileiros em atividades educativas, quando comparados aos

dos museus, ainda são considerados incipientes. Embora ações governamentais, em vários níveis, estimulem seu uso como forma de reconhecer e aceitar a diversidade cultural, é preciso ter uma visão mais ampla do processo histórico de construção de identidade e memória coletiva.²

As referências internacionais para esse tipo de trabalho existem há muito tempo e não eram desconhecidas nos arquivos brasileiros. Desde 1950, os arquivos franceses deram início aos serviços educativos, concentrando-se nas visitas pedagógicas, na realização de concursos temáticos e na oferta de oficinas para professores e alunos. Heloísa Bellotto (2000, p. 162-163) ressalta outras atividades oriundas desse referencial francês: as aulas de história no arquivo, os trabalhos elementares de pesquisa histórica, as exposições de documentos originais no arquivo, campanhas de coleta de documentos e a tradição de produzir kits pedagógicos, constituídos, muitas vezes, por reproduções e/ou ampliações de documentos.

Tais exemplos demonstram a diversidade dos trabalhos feitos até hoje por muitas instituições, especialmente as municipais, por sua maior

² O governo federal brasileiro promove amplas atividades de Educação Patrimonial, coordenadas pelo Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Mesmo quando desenvolvidas por outros ministérios, como é o caso do Programa Mais Educação, do Ministério da Educação, criado em 2007, que dá grande ênfase à metodologia de Educação Patrimonial, preconizando o uso do referencial teórico e dos materiais produzidos pelo Iphan. Cf os trabalhos do Iphan em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=15481&retorno=paginaIphan>. Cf projeto do MEC em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16727:publicacoes-mais-educacao&catid=195:seb-educacao-basica&Itemid=1119. No estado de Minas Gerais, vale destacar as ações do Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de MG (Iepha): <http://www.iepha.mg.gov.br/programas-e-acoas/educacao-patrimonial>. No caso de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, os projetos sobre o tema podem ser encontrados em vários equipamentos culturais da cidade no portal da Prefeitura: Cf. <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&cpIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=fundacaocultura&tax=23503&lang=pt_BR&pg=5520&taxp=0&.>Acesso em: 29 out. 2013.

proximidade com o público estudantil e a população em geral. Além disso, as experiências citadas apontam a forte influência dos historiadores e professores de história no desenvolvimento dessas atividades nos arquivos, profissionais que antes existiam em maior número dentro dos arquivos brasileiros e que somente agora, com a ampliação do número de cursos de Arquivologia, começam a conviver cada vez mais com profissionais graduados na área.

Bellotto (2006; 2000, p. 152) chama a atenção para o debate norte-americano sobre o tema, lembrando que tal tradição ganhou força no Brasil a partir da difusão das obras de T. R. Schellenberg e da moderna Arquivologia, com maior ênfase na Gestão de Documentos. A autora lança mão dos trabalhos de Freeman para destacar a importância dos programas educativos e culturais para a conquista de novos públicos, já que cada vez mais o trabalho dos profissionais dos arquivos é lançado pela Internet, visando atingir um público mais amplo, ou vai ao encontro do público estudantil dentro e fora das escolas (FREEMAN, 1984 *apud* BELLOTTO, 2000, p. 159)³.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de História e Geografia (BRASIL, 1997, p. 50) estimulam o contato com os documentos desde o primeiro ciclo, ao prever que os alunos devem desenvolver competências para “identificar alguns documentos históricos e fontes de informações discernindo algumas de suas funções”.

Uma iniciativa que merece destaque nesta breve discussão sobre as relações arquivo-educação envolve o desenvolvimento, pelo Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação da USP (CMEUSP), de um kit pedagógico para as escolas paulistas cujo objetivo era tratar de sua memória. Um dos itens oferecidos é um manual para a organização do acervo das próprias escolas

(ZAIA *apud* FRATINI, 2009).⁴ O caso é apontado aqui apenas a título de exemplificação dos esforços das faculdades de educação do País no sentido de analisar e qualificar os debates e as experiências de Educação Patrimonial.

ALGUMAS EXPERIÊNCIAS DOS ARQUIVOS DE SÃO PAULO E RIO GRANDE DO SUL: MÚLTIPLAS DIMENSÕES DA EXPERIÊNCIA HISTÓRICA NOS ESPAÇOS DOS ARQUIVOS

Em função do espaço exíguo para a discussão de casos, salientam-se aqui as ações em capitais de dois estados brasileiros – São Paulo e Rio Grande do Sul – como contrapontos ao caso mineiro, discutido em seguida. Ambos se destacam pelo pioneirismo de suas ações, o que justificou sua escolha.

Em São Paulo, o Arquivo do Estado desenvolve projetos de Ação Educativa e Cultural desde 1997, com curtos períodos de interrupção. Neste caso, o distintivo é a preocupação em envolver monitores, vistos como alunos em ação no arquivo, e explorar as exposições temáticas feitas a partir do acervo, dentre outras atividades. O arquivo possui um projeto para que professores dos anos finais do ensino fundamental, do ensino médio ou da graduação universitária possam fazer do espaço do arquivo parte da sua sala de aula. Sob orientação da equipe da instituição, o professor que se interessar pode selecionar documentos para planejar atividades para sala de aula, trazer seus alunos para pesquisar a documentação do arquivo, selecionada em encontro prévio, e assistir a uma aula introdutória sobre conceitos históricos relacionados à preservação da memória e do patrimônio documental do estado de São Paulo na instituição.

Ainda na capital paulista, o Arquivo Histórico Municipal Washington Luís executa ações educativas, por intermédio do Serviço Educativo, de forma não sistemática, desde 1989. A partir de

³ FREEMAN, E. Education Programs: Outreach as an Administrative Functions. In: A MODERN Archives Reader. Washington: National Archives, 1984. p. 281-288.

⁴ ZAIA, I.B. O acervo escolar: manual de organização e cuidados básicos. São Paulo: FAPESP, 2006. 94 p.

2003, a instituição criou um programa voltado para os professores do ensino fundamental e médio das redes pública e privada. Além disso, promove visitas guiadas ao edifício e visitas técnicas, com enfoque nas seções e no acervo do Arquivo Histórico. A partir de 2006, com a ampliação do número de componentes da equipe do Serviço Educativo, as atividades passaram a se realizar mais intensamente. Além dessas atividades, oferecem-se oficinas temáticas, por exemplo, sobre os bairros paulistanos, dirigida a educadores. Funcionários das várias seções do arquivo (Manuscritos, Logradouros e Acervo Bibliográfico) auxiliam na utilização de documentos do acervo (FRATINI, 2009).

No Rio Grande do Sul, o Arquivo Histórico Moysés Vellinho desenvolve ações que são pioneiras no cenário nacional, de forma contínua. Desde 1997, executa vários projetos. A partir de 2005, a metodologia de Educação Patrimonial passou a ser, formalmente, a norteadora dos trabalhos. No total, são sete projetos desenvolvidos. Os trabalhos enfocam o debate das relações do arquivo com outros bens reconhecidos como patrimônio da cidade (projetos Vivo Toque e Projeto Sensibilização para a Vida nos Âmbitos Humano, Cultural e Ambiental), difundem a metodologia científica que norteia a área, com o projeto Descobrimo a Arquivologia, e dão grande ênfase ao uso lúdico dos espaços do arquivo, com projetos como Brincando no Arquivo e Brincando de Editar (DRESSLER, 2008).

O Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) também desenvolve importante trabalho na área. Sua trajetória está ligada à pesquisa histórica no âmbito acadêmico e na reconstrução de genealogias, um interesse distintivo de seu público, se comparado às pesquisas em arquivos públicos estaduais. Como parte integrante dos projetos do arquivo, cita-se o Projeto Cultural Descobrimo o Arquivo Público, que abarca uma série de atividades, tais como palestras, exposições e visitas guiadas. As visitas, que acontecem desde o fim da década de 1980, têm por objetivo trazer o público em geral para a instituição, possibilitando aos visitantes conhecer o espaço do prédio administrativo, bem

como os dois prédios centenários e tombados que abrigam o acervo documental. A Mostra de Pesquisa, outra vertente do projeto, ocorre desde 2003, com a realização de eventos que visam abrir espaço para a divulgação da recente produção intelectual das ciências humanas, considerada aqui como atividade de difusão cultural do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, e não de Educação Patrimonial propriamente dita.

Nos últimos anos, a realização de ações de extensão universitária no APERS tem contribuído para a formação profissional de historiadores das universidades e faculdades de Ensino Superior daquele estado. A partir da última década, em razão das mudanças dos currículos dos cursos de Licenciatura em História dessas instituições, um dos objetivos passou a ser a formação de historiadores que sejam ao mesmo tempo professores e pesquisadores de História. Para auxiliar neste processo, o Arquivo Público tornou-se um dos espaços onde os alunos em fase de conclusão de curso e estágio curricular obrigatório passaram a desenvolver suas habilidades não só no campo da pesquisa, mas também na área de ensino de atividades de ação educativa nas quais utilizam como recurso pedagógico a ferramenta da metodologia de Educação Patrimonial, conforme demonstra o trabalho desenvolvido pela professora universitária Claudira Cardoso (2011).⁵

DOIS CASOS MINEIROS E UMA TENTATIVA DE IR ALÉM DO DOCUMENTO MONUMENTALIZADO: A EXPERIÊNCIA DO ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE

Nos casos anteriores, de São Paulo e do Rio Grande do Sul, procurou-se confrontar as experiências dos arquivos do estado e da Capital. No caso de Minas Gerais, tal estratégia torna-se quase impossível. É que o Arquivo Público Mineiro (APM), a instituição cultural mais antiga do estado, como realçado em

⁵ O blog do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul também difunde os trabalhos da atividade de extensão universitária. Disponível em: <https://arquivopublicors.wordpress.com/category/oficinas-de-educacao-patrimonial-3/>. Acesso em: 07 ago. 2014.

todas as peças de difusão do arquivo, nunca teve como prioridade o desenvolvimento de atividades de Educação Patrimonial. Mesmo nos dias atuais, quando passou a integrar um Circuito Cultural da Praça da Liberdade, originalmente o “Centro Administrativo” da capital planejada, a instituição oferece basicamente visitas guiadas ao prédio como atividade educativa.⁶

Ao longo de quase 120 anos de existência, o arquivo do estado mineiro priorizou seu papel de difusor de metodologias arquivísticas, oferecendo cursos e estágios aos profissionais do interior do estado, e de difusor de seu acervo. Isso pode ser compreendido em razão do espaço exíguo de suas dependências, diante da obrigação de dar conta do acervo de um estado de 853 municípios, mesmo após a construção de um anexo ao prédio nos anos de 1970.

Ao priorizar tal estratégia de aproximação com seus usuários, o APM comprova a pertinência das proposições de Adriana Koyama (2013), que demonstra em sua tese que o investimento em disponibilização de acervos *online* constitui uma ótima estratégia de aproximação dos arquivos de seu público.⁷

Já o arquivo municipal da capital, o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH)⁸ foi criado apenas em 1991, mesmo ano de criação da Lei 8.159, a Lei Nacional de Arquivos brasileira, e apenas seis anos antes das comemorações do primeiro centenário da capital de Minas Gerais.

Isso revela enorme distância entre a construção da cidade planejada e a criação desse arquivo municipal. Além disso, a capital já abrigava um dos arquivos mais antigos do País: o Arquivo Público Mineiro, considerado quase sinônimo de arquivo na cidade. Nesse cenário, o principal desafio do novo arquivo municipal era construir uma identidade própria.

A cidade já havia tido um arquivo municipal em sua estrutura administrativa. Quando de seu planejamento, nos primeiros anos republicanos, os idealizadores da nova capital já previam a guarda daqueles documentos que fossem “dignos da memória” do empreendimento e de seus cidadãos desde as orientações iniciais dos trabalhos.⁹ A lembrança do extinto arquivo e a forte presença do arquivo do Estado fizeram com que a questão da sobrevivência da instituição e a da construção de sua identidade institucional se tornassem um objetivo do corpo técnico do APCBH. Para tanto, o arquivo preocupou-se em criar para si a imagem de um “arquivo moderno”, com grande ênfase na Gestão de Documentos, de modo a garantir recolhimentos sistemáticos. Outra preocupação consistia em identificar e recolher as grandes massas documentais acumuladas em diversos órgãos da municipalidade, dar tratamento e disponibilizá-las. A terceira frente de trabalho da instituição era o Serviço de Pesquisa e Informação, ao qual cabia não apenas atender os usuários em sua sala de consulta, cuidar da gestão de sua biblioteca de apoio, como também fomentar as pesquisas e divulgar o arquivo.

Inspirado por experiências nacionais e estrangeiras, com destaque para os referenciais franceses, o APCBH investiu, desde o início, em atividades de difusão, como a organização de palestras e exposições, o que vêm sendo realizadas desde 1993, e em ações educativas.

As comemorações do Centenário da cidade, iniciadas oficialmente em 1995, representaram um estímulo a mais para os investimentos no público escolar, pois era crescente a demanda desses usuários por informações

⁶ Cf. <http://www.circuitoliberaldade.mg.gov.br/museus-e-espacos/arquivo-publico-mineiro> Acesso em: 08 ago. 2014.

⁷ O sistema de difusão do acervo criado pelo APM está disponível em: www.siaapm.cultura.mg.gov.br Acesso em: 07 ago.2014.

⁸ A autora atuou diretamente na instituição no período de 1995 a 2006, ocupando os cargos de chefe de seção de Pesquisa, chefe de serviço de Pesquisa e Informação, Diretora e Assessora Técnica. Desde 2009, é professora do curso de Arquivologia da UFMG, ministrando disciplinas de Educação Patrimonial e Memória e Patrimônio Cultural. Além disso, mantém vínculos com o APCBH atuando na Associação Cultural do Arquivo (ACAP-BH) e na coordenação de projetos, o que justifica o tom quase ensaístico desta parte do trabalho.

⁹ Para mais informações, consultar: PARRELA, 2009, cap. 2.

sobre a construção da cidade, sua fundação e seus primeiros anos. Além disso, a comemoração deu a conhecer à população que a cidade tinha história e equipamentos culturais responsáveis pelo seu patrimônio. Por conta de seu planejamento para substituir Ouro Preto como capital, no fim do século XIX, a imprensa e a própria administração municipal repetiram por muitos anos que a cidade era jovem, que ainda não tinha história e que nem ao menos seus moradores eram da cidade.

Ao investir em ações voltadas para o público escolar, o APCBH acabou por percorrer um trajeto bem próximo daqueles elencados anteriormente por outras instituições: em 1995 e 1997, foram lançados dois kits pedagógicos com reproduções fotográficas, a saber: “BH – Imagem e Memória” e “Momentos de uma capital centenária”. Além disso, foram oferecidas oficinas sobre o uso de documentos em sala de aula, exposição itinerante e visitas guiadas. Nesta última atividade havia um distintivo: por não possuir sede própria e, até hoje, ocupar uma sede alugada pelo município, o arquivo optou em seus primeiros anos por ir até as escolas, em uma atividade denominada Arquivo Ambulante.

A partir de 1996, após mudar-se para o endereço atual, em um bairro central e de fácil acesso, as saídas foram aos poucos substituídas pelas visitas à sede do arquivo, dividindo-se em: visitas técnicas, mais voltadas para o público das universidades e alunos de cursos técnicos profissionalizantes; e visitas monitoradas para os alunos dos ciclos iniciais da Educação. As visitas denominadas monitoradas percorriam quase todos os espaços do arquivo e não apenas as exposições organizadas pela instituição. O agendamento das visitas era feito pelos professores interessados, que, muitas vezes, nem mesmo conheciam a instituição antes da visita com a turma. Isso se tornava fonte de problemas também para os técnicos da instituição, que não sabiam exatamente quais eram os interesses do professor: ter aulas de história ilustrada e fora do espaço escolar ou conhecer o trabalho arquivístico e os acervos sob a custódia do arquivo.

Com o intuito de qualificar as visitas e o trabalho educativo em geral, em 2003, o APCBH lançou um vídeo voltado para o público escolar: *Vídeo Documento: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte*. No trabalho, um ator de dez anos explicava os conceitos-chave da Arquivologia, apresentava o APCBH e fazia uma analogia entre o seu arquivo pessoal e o do município. O arquivo é tratado nos onze minutos do vídeo como patrimônio da cidade, importante para os cidadãos não apenas pelo seu valor histórico, mas também por garantir direitos. As estratégias idealizadas para a divulgação do trabalho também foram inovadoras, contando com apoio da Secretaria Municipal de Educação na organização das palestras de lançamento em sua sede e em vários outros espaços da cidade, e prevendo o plano de distribuição, que exigia a ida de um funcionário da escola ao Arquivo para buscar material. Isso garantiu o sucesso do produto. O vídeo foi distribuído para praticamente todas as escolas da cidade. Após receber o prêmio “Rodrigo Melo Franco de Andrade”, do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 2004, como a melhor atividade de Educação Patrimonial, ganhou nova tiragem e teve sua distribuição ampliada para a região metropolitana.

As pesquisas para a elaboração do roteiro do vídeo aproximaram a equipe do arquivo do debate sobre Educação Patrimonial, conceito que norteia o trabalho, e fizeram do vídeo um dos componentes das visitas até a presente data.

Em 2007, outra iniciativa visou qualificar a relação arquivo-escola por meio das visitas. Desta vez, optou-se pela publicação de uma cartilha voltada para os professores, *Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte: informação e memória*, descrevendo em suas 32 páginas o arquivo, suas funções, estrutura e acervo, além de oferecer sugestões para o uso de documentos na sala de aula.

A relação entre o arquivo e a escola era basicamente centrada nas questões da educação histórica, embora desde 1999 os técnicos da instituição já tivessem

iniciado um projeto que propunha a elaboração de textos e atividades didáticas a serem desenvolvidas no espaço da escola de ensino fundamental. Desta vez, a proposta teve como tema aquele que se tornaria o segundo mais buscado pelos pesquisadores mirins no arquivo¹⁰: a história dos bairros da cidade. Inicialmente, a proposta previa o uso das fontes do próprio APCBH, mas um incêndio na sede do arquivo, em 2002, acabou por motivar as pesquisas extramuros durante as obras de reforma do prédio. Depois de anos de pesquisas e de coleta de material, em 2007, montou-se uma equipe para elaborar o produto final das pesquisas, que compreenderia cadernos paradidáticos voltados para as crianças de 9 a 12 anos. Lançada a partir de 2008, a coleção possui nove cadernos, um para cada regional da cidade, e mais um de orientações para o professor.

O tema História de bairros é frequentemente pesquisado em muitos arquivos e instituições de patrimônio municipais. O APCBH levantou várias experiências nacionais e, até mesmo, na cidade de Belo Horizonte sobre o tema. Nesses trabalhos, um problema recorrente era a dificuldade de abranger toda a cidade. Normalmente, os bairros mais antigos e tradicionais eram objeto de várias pesquisas, ao passo que os da periferia nunca eram pesquisados. Dar conta da cidade como um todo e da cidade informal, tratasse de vilas, favelas ou regiões conhecidas por nomenclaturas não oficiais, tornou-se uma preocupação da equipe técnica do arquivo.

Para dar conta de quase 300 bairros, construiu-se uma metodologia focada na leitura documental¹¹, para estimular a compreensão das informações contidas nos documentos e de suas distintas linguagens, a partir do cruzamento de fontes e da crítica interna e externa dos documentos. Buscou-se privilegiar o aluno como protagonista do processo de aprendizagem, por meio da oferta de várias tipologias

documentais e de atividades distintas que exploram as temporalidades e os atores do processo histórico.

A partir de 2010, no bojo de um projeto que pretendia comemorar os 20 anos da instituição de maneira crítica, as visitas ao arquivo foram reformuladas. Para tanto, contratou-se uma consultoria em educação para discutir os rumos teórico-metodológicos dos trabalhos¹² e uma empresa de programação visual para elaborar uma sinalização interpretativa. Novos kits com reprodução de documentos foram produzidos. Na nova abordagem, os visitantes colocam-se nos lugares tanto do técnico do arquivo como do pesquisador. Além disso, pela primeira vez, questões relativas à conservação do acervo ganharam destaque no roteiro de visita e nos kits montados para o atendimento aos alunos.

Em meados de 2013, o APCBH lançou a publicação *Educação para o patrimônio cultural*: formação de jovens mediadores e multiplicadores. O trabalho é um dos resultados de projeto com o mesmo nome realizado em parceria com a Diretoria de Patrimônio Cultural e o Museu Histórico Abílio Barreto, ambos os equipamentos culturais pertencentes à Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte, que contou com os benefícios da Lei Estadual de Incentivo à Cultura do Estado e patrocínio da empresa Acelor Mital. A equipe envolvida se propôs a discutir as metodologias de Educação Patrimonial adotadas nas instituições envolvidas e a refletir sobre a cidade e as possibilidades de sua apropriação nos processos educacionais (TORRE, 2013, p. 6). Inaugurou-se, então, uma nova etapa de trabalho no arquivo, mais colaborativo e abrangente no que tange à compreensão do patrimônio cultural, que deverá ser analisada após o amadurecimento da experiência.

¹⁰ Para mais dados sobre as demandas dos anos de 1990, consultar PARRELA, 2000.

¹¹ A principal referência teórica para o trabalho nesta etapa dos trabalhos veio da obra de Ivo Mattozzi.

¹² A professora Miriam Hermeto Sá Mota, do Departamento de História da UFMG, foi contratada para prestar consultoria em Educação, e a empresa Greco Design cuidou da construção artística do novo projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate sobre Educação Patrimonial nos arquivos, como este artigo pretendeu demonstrar, ainda é embrionário em boa parte do Brasil. Existe pela frente um longo percurso para qualificar os trabalhos desenvolvidos pelas análises críticas, difundir as metodologias empregadas e estreitar o diálogo com as várias partes envolvidas e, especialmente, com as universidades que formam, ao mesmo tempo, arquivistas, historiadores e educadores sem discutir as relações da pesquisa com a educação em um de seus *locus* privilegiados: os arquivos.

A expansão do ensino universitário no País vivenciou uma ampliação sem precedentes na Arquivologia nos últimos cinco anos. A partir de agora, os arquivistas com graduação na área serão os técnicos dos arquivos nos grandes centros urbanos e, portanto, muitas vezes, os responsáveis pela concepção de trabalhos na área educativa sem a companhia dos professores de história, que eram deslocados para prestar serviços nessas instituições, em um contexto marcado pela falta de mão de obra qualificada para o tratamento arquivístico dos acervos.

Como ressalta Ramon Alberch (2001), os trabalhos educativos nos arquivos têm que ser contínuos e reconhecidos como uma exigência de difusão dos arquivos, como custodiadores de parte importante do patrimônio cultural do país, do estado ou da cidade e como garantidores de direitos.

Análises de alguns autores que se dedicaram à Educação Patrimonial nos arquivos, como Teresa Luporini, destacam a necessidade da sistematização de trabalhos nessa área e apontam possíveis caminhos para o desenvolvimento de projetos a partir de três eixos: “o uso escolar do documento histórico, linguagens e documentos históricos, história e projetos de preservação da memória” (LUPORINI, 2002, p. 326). Segundo a autora, para que o uso dos documentos históricos seja capaz de reconstruir com os alunos o caminho que percorre o historiador por meio das “atitudes de

observação, descrição, identificação, argumentação, avaliação passam a ser incorporados no cotidiano das aulas de História” (LUPORINI, 2002, p. 327). Atinge-se aqui o momento em que, especialmente, a tecnologia possibilita o investimento em ações de Educação Patrimonial voltadas para outras áreas do conhecimento que não apenas aquelas direcionadas à educação básica. A educação nas diversas graduações universitárias prescinde de tais investimentos óbvios: como oferecer projetos de arquitetura para a formação dos alunos de arquitetura dentro dos arquivos. Tal prática já existe nos cursos desta área, mas, na maioria dos casos, os projetos saem dos escritórios particulares dos professores-arquitetos, e não das longas séries existentes nos arquivos dos municípios de São Paulo ou Belo Horizonte, por exemplo.

Pouco se discute sobre o percurso dos documentos em sua trajetória arquivística e sobre as razões de sua seleção para o uso permanente em detrimento de outros que foram eliminados de forma sistemática ou pelo descaso da perda. A instituição arquivística deve destacar nos trabalhos educativos não apenas as suas funções de apoio à administração e à pesquisa histórica, mas também a importância do documento arquivístico para a garantia de direitos e, não menos importante, para a fruição daqueles que podem se permitir ler textos antigos para realizar uma pesquisa genealógica familiar ou para matar as saudades de uma praça com outro ajardinamento em fotografias. Enfim, fazer pesquisas diletantes. Nesse ponto, é nítida a falta de investidas em um público que ainda é pouco explorado: os idosos.

As experiências apresentadas aqui de forma rápida permitem visualizar um percurso marcado, a princípio, pela adoção das boas práticas consolidadas na área. No entanto, a trajetória dos arquivos destacados neste texto demonstra que a análise das próprias experiências, em debates internos na instituição e com outros interlocutores, permite a reinvenção contínua das atividades por meio da aproximação com o público usuário do arquivo e de seus interesses.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, H.L. Patrimônio documental e ação educativa nos arquivos. In: *Ciências & Letras*. Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras. Educação e Patrimônio Histórico-Cultural. Porto Alegre: FAPA, n. 27, jan./jun. 2000. p.151-166.

_____. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4.ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia*. Brasília: MEC, 1997.

CARDOSO, C.S.C. O campo de trabalho do historiador em instituições patrimoniais: um diálogo entre pesquisa e ensino em Porto Alegre. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, SP, 26, São Paulo, 2011. *Anais...* Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300881541_ARQUIVO_TextoparaANPUH2011.pdf> Acesso em: 10 ago. 2014.

DRESSLER, K.G. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho: trajetória, reconhecimentos e desafios. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 15., 2008, Goiânia; CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 15., 2008. *Anais...* 16 p.

FRATINI, R. Educação Patrimonial em Arquivos. In: *Histórica* – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, n.34, 2009. 10 p.

GONÇALVES, J. Os arquivos no Brasil e sua proteção jurídico-legal. *Registro: Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba*, São Paulo, ano I, n.1, jul. 2002. p.28-43.

HORTA, M. de L.P. et al. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN/ Museu Imperial, 1999.

KOYAMA, A.C. *Arquivos online: práticas de memória, de ensino de História e de educação das sensibilidades*. 402p. 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

LE GOFF, J. Documento/ monumento. In: _____. *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 2003. p. 525-541.

LOPES, L.C. O lugar dos arquivos na Cultura Brasileira. *Ciências & Letras: Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação*, Porto Alegre, n. 31, jan./jun. 2002. p. 177-186.

LUPORINI, T.J. Educação patrimonial: projetos para a educação básica. *Revista Ciências & Letras*, Porto Alegre, n. 31. p. 325-338, jan./jun. 2002.

MATTOZZI, I. Arquivos Simulados e didática da pesquisa histórica: para um sistema educacional integrado entre Arquivos e Escolas. *História Revista*, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 321-336, jan./jun. 2009.

PARRELA, I. D. *Entre Arquivos, bibliotecas e museus: a construção do patrimônio documental para uma escrita da história da Pátria Mineira - 1895–1937*. 415p. 2009. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais.

_____. Os trabalhos escolares no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. *Revista Escola Aberta*, Belo Horizonte, v.2, n.3, p 13, abril, 2000.

TORRE, M.M.C. (Coord.). *Educação para o Patrimônio Cultural: formação de jovens mediadores e multiplicadores*. Belo Horizonte: ACAP-BH, 2013. (CD-ROM).